

ÍNDICE

ABREVIATURAS	9
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	11
1. Apresentação	11
2. Enquadramento e sistematização	14
3. Bibliografia geral	17
4. Sequência	19
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIREITO COMPARADO	23
1. A evolução histórica da garantia das obrigações	23
2. O sistema de garantias no Direito francês	27
3. O sistema de garantias no Direito alemão	30
4. O sistema de garantias no Direito italiano	34
5. O sistema de garantias no Direito inglês	37
6. O sistema de garantias no Direito norte-americano (em especial, o regime do <i>Uniform Commercial Code</i>)	43
7. A uniformização do regime das garantias	48
CAPÍTULO III – A GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	61
1. Configuração da garantia geral das obrigações	61
2. Declaração de nulidade	62
3. Sub-rogação do credor ao devedor	64
3.1. Modalidades de acção sub-rogatória	64
3.2. Pressupostos da acção sub-rogatória	65
3.3. Regime da acção sub-rogatória	66
4. Impugnação pauliana	67
4.1. Generalidades	67

4.2. Evolução Histórica e Direito Comparado	68
4.3. Pressupostos da impugnação pauliana em relação à primeira alienação	72
4.3.1. Generalidades	72
4.3.2. Realização pelo devedor de um acto que diminua a garantia patrimonial do crédito e não seja de natureza pessoal	73
4.3.3. Anterioridade do crédito em relação ao acto, ou sendo ele posterior, prática do acto dolosamente com o fim de impedir o direito do futuro credor	76
4.3.4. Natureza gratuita do acto ou, sendo ele oneroso, ocorrência de má fé tanto do alienante como do adquirente	78
4.3.5. Impossibilidade de o credor obter a satisfação integral do crédito ou agravamento dessa impossibilidade	80
4.4. Pressupostos da impugnação pauliana em relação às transmissões posteriores	80
4.5. Regime da impugnação pauliana	81
4.5.1. Efeitos da impugnação pauliana em relação ao credor	81
4.5.2. Efeitos da impugnação pauliana na relação entre o devedor e terceiro	84
4.5.3. O regime registral da impugnação pauliana	85
4.5.4. Extinção do direito à impugnação pauliana	87
4.6. Natureza da impugnação pauliana	87
5. Arresto	91
5.1. Generalidades	91
5.2. Pressupostos do arresto	92
5.3. Responsabilidade do requerente	92
5.4. Objecto do arresto	93
5.5. Efeitos do arresto	93
5.6. Publicidade do arresto	94
5.7. Natureza do arresto	94
 CAPÍTULO IV – AS GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES	 95
1. Configuração genérica da garantia especial	95
2. A prestação de caução	101
 CAPÍTULO V- AS GARANTIAS PESSOAIS	 105
1. A fiança	105
1.1. Generalidades	105
1.2. Forma da fiança	108
1.3. Principais características da fiança	109
1.4. Relações entre credor e fiador	111

1.5. Relações entre devedor e fiador	113
1.6. Pluralidade de fiadores	115
1.7. Extinção da fiança	117
1.8. Modalidades especiais de fiança	118
1.8.1. A subfiança	118
1.8.2. A retrofiança	120
1.8.3. A denominada fiança ao primeiro pedido	121
1.8.4. A denominada fiança geral	123
2. O mandato de crédito	125
3. O aval	129
3.1. Generalidades	129
3.2. Regime	131
3.3. O aval geral	135
3.4. Natureza jurídica do aval	136
4. A garantia autónoma	137
4.1. Generalidades	137
4.2. Modalidades: a garantia autónoma simples e a garantia autónoma à primeira solicitação	143
4.3. Forma	145
4.4. Regime	145
5. As cartas de conforto	150
6. A solidariedade passiva	157
6.1. Generalidades	157
6.2. Casos de solidariedade passiva	158
6.3. Regime da solidariedade passiva	159
6.3.1. Nas relações externas	159
6.3.2. Nas relações internas	160
7. A assunção cumulativa de dívida	161
7.1. Generalidades	161
7.2. Distinção entre assunção cumulativa de dívida e fiança	162
7.3. Forma da assunção cumulativa de dívida	163
7.4. Pressupostos da assunção cumulativa de dívida	163
7.5. Regime da assunção cumulativa de dívida	164
8. Seguro de créditos	165
9. Seguro-caução	174
CAPÍTULO VI – AS GARANTIAS REAIS	181
1. A consignação de rendimentos	181
1.1. Generalidades	181
1.2. Legitimidade para a constituição da consignação de rendimentos	181

1.3. Modalidades da consignação de rendimentos	182
1.4. Prazo da consignação de rendimentos	182
1.5. Forma e publicidade da consignação de rendimentos	182
1.6. Objecto da consignação de rendimentos	183
1.7. Regime da consignação de rendimentos	183
1.8. Extinção da consignação de rendimentos	185
1.9. Natureza jurídica da consignação de rendimentos	186
2. O penhor de coisas	186
2.1. Generalidades	186
2.2. Modalidades do penhor: o penhor com e sem desapossamento	189
2.3. Legitimidade para a constituição do penhor	190
2.4. Forma do contrato de penhor	190
2.5. Conteúdo da garantia	190
2.5.1. Âmbito do crédito garantido	190
2.5.2. Objecto do contrato de penhor	190
2.6. O regime geral do penhor	192
2.6.1. Constituição do penhor	192
2.6.2. Direitos do credor pignoratício	193
2.6.3. Deveres do credor pignoratício	196
2.6.4. Direitos do autor do penhor	197
2.6.5. Extinção do penhor	197
2.7. Os regimes especiais do penhor	199
2.7.1. Generalidades	199
2.7.2. O penhor mercantil	199
2.7.3. O penhor em garantia de créditos de estabelecimentos bancários	200
2.7.4. O penhor efectuado a prestamista	201
3. A hipoteca	203
3.1. Generalidades	203
3.2. Formas de constituição da hipoteca	205
3.2.1. Generalidades	205
3.2.2. A hipoteca legal	205
3.2.3. A hipoteca judicial	207
3.2.4. A hipoteca voluntária	208
3.3. O registo da hipoteca	209
3.4. Conteúdo da garantia hipotecária	210
3.4.1. Âmbito do crédito garantido	210
3.4.2. Objecto da hipoteca	211
3.4.3. Extensão da hipoteca	213
3.4.4. A indivisibilidade da hipoteca	214

3.5. Vicissitudes da hipoteca	215
3.5.1. Modificações na garantia hipotecária	215
3.5.1.1. Alteração do objecto da hipoteca	215
3.5.1.2. Reforço da hipoteca	216
3.5.1.3. Redução da hipoteca	216
3.5.2. Transmissão dos bens hipotecados	217
3.5.2.1. Efeitos da alienação sobre o crédito hipotecário	217
3.5.2.2. Possibilidade de expurgação da hipoteca	218
3.5.2.3. Renascimento dos direitos em caso de venda judicial ou expurgação da hipoteca	219
3.5.2.4. Equiparação do terceiro adquirente ao possuidor de boa fé	219
3.5.3. Transmissão da hipoteca	220
3.6. Execução da hipoteca	221
3.7. Extinção da hipoteca	222
3.8. O regime especial das hipotecas mobiliárias	224
3.8.1. A hipoteca sobre automóveis	224
3.8.2. A hipoteca sobre navios	225
3.8.3. A hipoteca sobre aeronaves	228
4. Privilégios especiais	229
4.1. Generalidades	229
4.2. Privilégios mobiliários e imobiliários	231
4.3. Regime dos privilégios especiais	233
5. O direito de retenção	235
5.1. Generalidades	235
5.2. Pressupostos do direito de retenção	237
5.2.1. Generalidades	237
5.2.2. Obrigação de entregar certa coisa susceptível de penhora	237
5.2.3. Titularidade de um crédito sobre a outra parte, crédito esse exigível, ainda que com base na perda do benefício do prazo, mas não necessariamente líquido	237
5.2.4. Conexão causal entre o crédito e a coisa	238
5.2.5. Não aquisição, com o conhecimento do retentor, por meios ilícitos da detenção da coisa que se deveria entregar, nem realização de má fé das despesas de onde tenha resultado o crédito	238
5.2.6. Não prestação de caução suficiente pela outra parte	239
5.3. Direitos do retentor	239
5.4. Transmissão do direito de retenção	240
5.5. Extinção do direito de retenção	240

6. A penhora	241
6.1. Generalidades	241
6.2. Objecto da penhora	242
6.3. Regime processual da penhora	243
6.4. Efeitos da penhora	244
6.5. Extinção da penhora	245
6.6. Natureza da penhora	245

CAPÍTULO VII – A UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE COMO GARANTIA 247

1. Configuração genérica da utilização da propriedade como garantia	247
2. A cláusula de reserva de propriedade	248
2.1. Generalidades	248
2.2. Casos especiais de reserva de propriedade	251
2.3. Forma da venda com reserva de propriedade	253
2.4. Regime da venda com reserva de propriedade	254
2.5. Natureza da venda com reserva de propriedade	260
3. A alienação fiduciária em garantia	261
3.1. Configuração geral	261
3.2. O problema da proibição do pacto comissório	267
3.3. A regulação da alienação fiduciária em garantia no D.L. 105/2004, de 8 de Maio 2004	268
3.4. Conteúdo da garantia	271
4. A locação financeira (<i>leasing</i>)	272
4.1. Generalidades	272
4.2. Forma e publicidade do contrato de locação financeira	274
4.3. Regime da locação financeira	275
4.4. O caso especial da locação financeira restitutiva	276

CAPÍTULO VIII – GARANTIAS ESPECIAIS SOBRE DIREITOS 279

1. O penhor de direitos	279
1.1. Generalidades. O penhor de créditos	279
1.2. Objecto do penhor de créditos	280
1.3. Constituição do penhor de créditos	280
1.4. Regime do penhor de créditos	281
1.5. Extinção do penhor de créditos	282
1.6. Casos especiais de penhor de direitos	282
1.6.1. O penhor financeiro	282
1.6.2. O penhor de títulos de crédito	286
1.6.3. O penhor de conta bancária	288
1.6.4. O penhor de participações sociais	289
1.6.5. O penhor de valores mobiliários	290

2. A cessão de créditos em garantia	290
2.1. Generalidades	290
2.2. Forma	291
2.3. Objecto	292
2.4. Regime	292
CAPÍTULO IX – GARANTIAS ESPECIAIS SOBRE UNIVERSALIDADES	293
1. A separação de patrimónios	293
2. Os privilégios gerais	294
2.1. Generalidades	294
2.2. Privilégios mobiliários gerais	294
2.3. Privilégios imobiliários gerais	296
2.4. Regime dos privilégios gerais	297
3. Cessão de bens aos credores	298
3.1. Generalidades	298
3.2. Forma	299
3.3. Objecto	299
3.4. Efeitos	299
3.5. Extinção	300
3.6. Natureza jurídica	300
4. Penhor de estabelecimento comercial	302
5. Garantia flutuante (o <i>floating charge</i> inglês e o <i>floating lien</i> norte-americano)	304
CAPÍTULO X – GARANTIAS ESPECIAIS ATÍPICAS	309
1. Configuração das garantias especiais atípicas	309
2. A excepção de não cumprimento do contrato	309
3. A compensação como garantia	310
4. O contrato-promessa de garantia	312
5. Cláusulas de garantia e segurança (<i>negative pledge</i> , <i>cross-default</i> , <i>pari passu</i>)	313
5.1. Generalidades	313
5.2. A cláusula <i>negative pledge</i>	313
5.3. A cláusula <i>cross-default</i>	315
5.4. A cláusula <i>pari passu</i>	315
6. A consignação de receitas em garantia	316
CAPÍTULO XI – CONCLUSÃO	317
BIBLIOGRAFIA	319

